INTEGRA PESCA ARTESANAL SUL

COMUNIDADES COSTEIRAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

"Continuamos resistindo"

Histórias de resistência e saberes de povos caiçaras e da pesca artesanal do litoral Sul e Sudeste do Brasil pela garantia de direitos



MARÉ DE GENTE

CONFREM BRASIL

CNPT ICMBio-MMA

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
João Paulo Capobianco

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Mauro Oliveira Pires

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)
Marcelo Marcelino de Oliveira

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT)
Louiziane Gabrielle Souza Soeiro

INTEGRA PESCA ARTESANAL SUL
COMUNIDADES COSTEIRAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



"Continuamos resistindo"

Histórias de resistência e saberes de povos caiçaras e da pesca artesanal do litoral Sul e Sudeste do Brasil pela garantia de direitos

Organização:



Brasília/DF · 2026

EDITORIAL

© Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio 2026
© dos autores e das instituições, 2026. Os direitos autorais das fotografias e ilustrações contidas neste material são de propriedade de seus autores e das instituições citadas. Permitida a reprodução sem fins lucrativos e desde que citada a fonte.

AUTORIA/DEPOIMENTOS:

Adnã Chagas das Dores "Didi" · Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR/PR)
Ana Carolina Pont · Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Ilha dos Lobos/RS, ICMBio
Ataíde Silva · Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche/SC
Carla Inácio · Instituto Getúlio Manoel Inácio (IGMI)/SC
Carmelina Custódio "Carmem" · MOPEAR/PR
Célia das Neves · Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM)
Celina Silva · Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)
Cláudio Nunes · MOPEAR/PR
Cleiton Prado · Espaço Manema de Cultura Caiçara/SP
Eliel de Souza · Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio Iguape/SP
Ivanir Faustino · IGMI
Jorge Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso
Jorge Peres da Silva · Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS
Joyce Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP
Jucemara Souza · Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS
Lédio da Silveira · Associação de Pescadores das Comunidades de Ibiraquera e Garopaba (ASPECI)/SC
Marciana Amador · Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina (SINDIPESCA)/SC
Maria Aparecida Ferreira "Cidinha" · CONFREM
Rafael Borges · Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS
Riti Soares · Parque Nacional (PARNA) da Lagoa do Peixe/RS, ICMBio
Sandro Garcias · Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis (FPBF)/SC
Silvano Prado · Associação Jovens da Jureia (AJJ)/SP
Stéphano Ridolfi · Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca/SC, ICMBio
Tatiana Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP
Vera Bridi · Associação de Marinheiros e Pescadores do Farol de Naufragados/SC e FPBF/SC

COLABORAÇÃO:

Adilso da Silveira · Colônia de Pescadores Z-7 – Torres/RS
Allan Carneiro · AJJ/SP
Antônio Mello "Toninho" · Assessor na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
Antônio de Oliveira "Juba" · SINDIPESCA/SC
Cladenor Vieira · Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS
Claudete Medeiros · Conselho Comunitário de Ibiraquera (CCI)/SC
Cléria Eme de Souza · Colônia de Pescadores Z-7 – Torres/RS
Domingos da Silveira · ASPECI/SC
Eliziane da Silveira "Liza" · ASPECI/SC
Érika Fernandes Pinto · Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), ICMBio
Fernanda Xavier · NGI do ICMBio Antonina-Guaraqueçaba/PR
Gilberto Ribas "Gil" · CONFREM
Gilmar Brum "Alemão" · Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS
Helena Porto Damiani · Agente local egressa da APA da Baleia Franca/SC, ICMBio
Isabeli Mesquita · Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade, ICMBio
João Baltazar da Silva "Dango" · Colônia de Pescadores Z-7 – Torres/RS
Juliano Oliveira · REVIS da Ilha dos Lobos/RS, ICMBio
Leonice Homem · PARNA da Lagoa do Peixe/RS, ICMBio
Lia Cruz · Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Marcelo Andrade da Silva · Associação Comunitária do Farol de Santa Marta/SC
Michel Barbosa · NGI do ICMBio Iguape/SP
Maurício Dias · Movimento Território Nativo – Ilha do Mel/PR
Sofia de Mattos · Colônia de Pescadores Z-7 – Torres/RS
Terezinha Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP
Valter das Chagas · Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche/SC
Victor Pazin · APA da Baleia Franca/SC, ICMBio

ORGANIZAÇÃO:

Erika Ikemoto · CNPT/ICMBio
Hugo Juliano Hermógenes da Silva · Coletivo Maré de Gente
Janina Huk Schamberg · Coletivo Maré de Gente
Kênia Maria de Oliveira Valadares · CNPT/ICMBio
Gilberto Ribas "Gil" · CONFREM
Maria Aparecida Ferreira "Cidinha" · CONFREM
Adnã Chagas das Dores "Didi" · MOPEAR/PR
Ataíde Silva · Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche/SC
Carla Inácio · IGMI/SC
Carmelina Custódio "Carmem" · MOPEAR/PR
Cláudio Nunes · MOPEAR/PR
Eliziane da Silveira "Liza" · ASPECI/SC
Ivanir Faustino · IGMI/SC
Jorge Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP
Joyce Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP
Lédio da Silveira · ASPECI/SC
Sandro Garcias · FPBF/SC
Tatiana Cardoso · Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP
Vera Bridi · FPBF/SC

CAPTAÇÃO E CESSÃO DE IMAGENS:

Adnã Chagas das Dores "Didi", Cláudio Nunes, Cleiton Prado, Cléria Souza, Erika Ikemoto, Hugo Juliano Hermógenes da Silva, Janina Huk Schamberg, Joyce Cardoso, Juliano Oliveira, Kênia Maria de Oliveira Valadares, Leonardo Fontenelle Brasileiro, Lia Cruz, Maria Aparecida Ferreira "Cidinha", Maurício Dias, Michel Barbosa, Nilson Barros, Rafael Borges, Robson de Paula Reginato e Thyago Bezerra Melo e Silva. Acervos: família Inácio, família Prado, IGMI, MOPEAR, PARNA da Lagoa do Peixe/ICMBio e Vera Bridi.

IMAGEM DE CAPA:

Rosália da Cunha na extração de vôngole, Ilha do Cardoso, Cananéia/SP (**Enrico Marone**); coleta de bacucu, Antonina/PR (**Isabeli Mesquita**); Neuzilene Cunha na pesca do iriko, Ilha do Cardoso, Cananéia/SP (**Enrico Marone**); arrasto de praia da pesca artesanal da tainha, Praia Vermelha, Imbituba/SC (**Maria Aparecida Ferreira "Cidinha"**). Colagem digital feita por **Fernanda do Canto**.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Fernanda do Canto · Tombô Produtora
Hugo Juliano Hermógenes da Silva · Coletivo Maré de Gente
Janina Huk Schamberg · Coletivo Maré de Gente

FICHA CATALOGRÁFICA:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

"Continuamos resistindo [livro eletrônico] : histórias de resistência e saberes de povos caiçaras e da pesca artesanal do litoral Sul e Sudeste do Brasil pela garantia de direitos. -- Brasília, DF : Instituto Chico Mendes – ICMBio, 2026.
PDF

Vários autores.
Vários organizadores.

ISBN 978-65-5693-242-2

1. Caiçaras – Brasil – Cultura 2. Comunidades tradicionais 3. Memória – Aspectos sociais 4. Pesca artesanal – Brasil 5. Unidades de conservação.

26-416037.0 CDD–333.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Unidades de conservação : Áreas naturais protegidas : Economia 333.72

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

Este trabalho foi elaborado com recursos do Termo de Compromisso com o IBAMA SEI 1777032 como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da Petrobras em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26.

Projeto financiado com recursos do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por meio da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA), a Universidade Federal do Pará e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), no âmbito do Projeto Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
O INTERCÂMBIO 6

PREFÁCIO
UM LIVRO, MUITAS VOZES 10

CAPÍTULO 1
CULTURA 15
1.1 *"Faz com que as crianças aprendam a importância de ser caiçara." – Turismo de base comunitária e educação* 16
1.2 *"Preservar nossa identidade, nossa cultura."* – Proteção do Patrimônio Cultural 17

CAPÍTULO 2
TERRITÓRIO 25
2.1 *"Nós não existíamos no mapa"* – Cartografia social e outros mapeamentos participativos 26
2.2 *"Quer trabalhar no nosso território? Tem que consultar!"* – Protocolos de consulta e a luta por direitos 32
2.3 *"A cultura está aqui dentro, somos nós!"* – Regularização de ranchos de pesca 38
2.4 Adaptação aos efeitos de eventos climáticos extremos em comunidades e atividades pesqueiras 42

CAPÍTULO 3
SOCIOBIOECONOMIA 47
3.1 *"Vai ter que olhar pro outro e ceder"* – Acordos de pesca 48
3.2 *"Que as mulheres tivessem autonomia"* – Beneficiamento do pescado e certificação 56

POSFÁCIO
SABERES, CAMINHOS E PERSPECTIVAS 60

Apresentação

O INTERCÂMBIO

Este livro nasce de uma experiência de encontro e **intercâmbio de conhecimentos** entre comunidades tradicionais que se relacionam com Unidades de Conservação no litoral da região Sul do Brasil e do sul do estado de São Paulo.

Entre os dias 17 e 23 de setembro de 2023, cerca de 40 participantes percorreram, de forma itinerante, locais estratégicos para a realização de vivências. O intercâmbio reuniu caiçaras, pescadoras, pescadores, lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais, gestores de unidades de conservação e instituições parceiras.

ONDE ACONTECERAM AS VIVÊNCIAS:

SANTA CATARINA

Florianópolis — Rancho do Instituto Getúlio Manoel Inácio (Praia do Campeche)
— Rancho do Sandro (Estreito)

Imbituba — Rancho da ASPECI (Praia Vermelha)

PARANÁ

Guaraqueçaba — Comunidade Bertioga (Ilha das Peças)
— Vila de Superagui (Ilha de Superagui)

SÃO PAULO

Cananéia — Comunidade Enseada da Baleia (Ilha do Cardoso)



Baía dos Pinheiros, Guaraqueçaba/PR
Leonardo Brasileiro



Ao longo do percurso, os participantes foram recebidos por anfitriões locais e convidados a conhecer seus territórios, seus modos de ser e fazer, suas atividades produtivas, suas formas de organização e estratégias de luta por direitos.

LEGENDA

- Territórios
- Instituições anfitriãs e UC visitadas
- Trajeto percorrido

O intercâmbio integrou as ações do subprojeto **Integra Pesca Artesanal Sul – Comunidades Costeiras e Unidades de Conservação** (2020 – 2024), no âmbito do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar). A atividade teve como propósito fortalecer a identidade coletiva da pesca artesanal e caiçara, ampliar a articulação entre comunidades e instituições e contribuir para uma participação social mais efetiva na gestão das unidades de conservação marinho-costeiras. A iniciativa foi coordenada pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM), pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio) e por anfitriões dos locais.

O intercâmbio possibilitou conhecer experiências concretas de organização comunitária, envolvendo desafios e conquistas relacionadas ao reconhecimento, proteção e **valorização de seus direitos coletivos, de suas culturas e de seus territórios**. Também permitiu conhecer iniciativas de **produção pesqueira sustentável**, **turismo de base comunitária** e **participação social** na gestão das unidades de conservação. Em cada parada, os saberes foram compartilhados por meio de relatos ancorados na convivência entre os participantes e na imersão na relação cotidiana das comunidades com seus espaços de trabalho, moradia e cultura.

A experiência mostrou, sobretudo, que os aprendizados são potencializados quando comunidades diferentes se encontram para contar suas próprias histórias, reconhecer desafios comuns e compartilhar caminhos construídos a partir de suas realidades.

A força dessas trocas motivou a criação deste livro. Fruto de uma parceria entre o coletivo Maré de Gente, CNPT, CONFREM e demais participantes do intercâmbio no âmbito do edital 'Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil' e do projeto 'Conservação da Saúde e Integridade dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Brasil' (GEF Mar 2), este material aprofunda os aprendizados derivados da publicação anterior "*Mais do que uma profissão, um modo de vida – a pesca artesanal e tradicional no Sul e Sudeste do Brasil e sua diversidade de fazeres e saberes*". O conteúdo e processo de construção da presente obra refletem o amadurecimento alcançado no âmbito das discussões e da participação social promovidas no subprojeto 'Integra Pesca Artesanal Sul'. Buscou-se aprimorar os espaços de participação, por exemplo, por meio de reuniões com o coletivo de participantes para delineamento e validação do conteúdo, e construção de prefácio e posfácio contemplando a diversidade de vozes participantes.

De forma complementar, este material contempla também relatos colhidos no âmbito da pesquisa 'Identidades caiçara e da pesca artesanal no litoral sul do Brasil e sua valorização na gestão de unidades de conservação sobrepostas a territórios tradicionais', coordenada pelo CNPT/ICMBio como desdobramento do subprojeto.

As histórias, fotografias, e reflexões reunidas neste livro procuram preservar e dar continuidade à experiência vivida durante aquela semana de setembro de 2023. Esta obra é também uma forma de valorizar as vozes das comunidades, fortalecer suas identidades e memórias coletivas e fazer circular conhecimentos que, muitas vezes, podem inspirar outros territórios. Isso possibilita contribuir para construir novas conexões, estimular redes de cooperação e reconhecer que a conservação da biodiversidade também passa pela valorização dos povos e comunidades que historicamente vivem, trabalham e cuidam da natureza.



Trilha à praia Vermelha – Imbituba/SC

Hugo Juliano Hermógenes da Silva

Prefácio

UM LIVRO, MUITAS VOZES

As páginas que seguem apresentam as vozes de pescadoras e pescadores artesanais, caiçaras e demais representações participantes e colaboradoras do intercâmbio. Elas revelam histórias, aprendizados, desafios e caminhos que mostram que cultura, território e sociobioeconomia, embora organizados como capítulos distintos neste livro, estão profundamente entrelaçados nas trajetórias e nas lutas cotidianas das comunidades.

Celinha defende a importância da organização comunitária e da participação social na construção de políticas públicas e luta por direitos:



"A gente tem que cada vez mais se fortalecer e garantir essa compreensão de que vivemos numa sociedade de classes, de que precisamos reivindicar cada vez mais uma política pública de participação social para o nosso fortalecimento institucional. Para sair desse enfraquecimento, a gente precisa fazer alianças, parcerias, porque hoje o sistema político brasileiro é de contradições fortes, ele nos expurga dos espaços, ele nos expurga dos nossos direitos plenos, ele impõe condições de desacesso.

O que também tem feito toda essa situação de vulnerabilidade é, sem dúvida nenhuma, os grandes e megaprojetos que passam por cima e violam os direitos e tratados, até internacionais, como as consultas prévias garantidas pela Convenção 169 da OIT, que o Brasil é signatário.

E, como povos e comunidades tradicionais, a gente trava toda essa luta. E a gente tem rumo: construir um projeto de nação que aponte e fortaleça a democracia, que vá ***do patrimônio ao 'fratrimônio'****, porque a gente quer sair do patronato, quer sair do patriarcado e construir uma sociedade fraterna."*

Célia das Neves "Celinha"
CONFREM

Fortalecer as comunidades significa também fortalecer sua capacidade de permanecer em seus territórios. Didi e Sandro nos ensinam sobre o significado ampliado de 'território' para quem vive da pesca artesanal:



"Os pescadores não têm fronteira. Como é que nós fazemos para garantir o território? Não só o território da terra para fazer a agricultura familiar, a plantação, mas também a pesca em si. Porque os dois não podem se separar. Então seria a garantia do território e o ordenamento pesqueiro. Tem que pensar na ***regularização do território e 'maretório' para que a futura geração não seja ameaçada****.*

Só tem floresta de pé, só tem mar protegido, onde tem comunidade tradicional. *Se não tiver comunidade tradicional, o governo não consegue cuidar disso aqui sozinho."*

Adnã Chagas das Dores "Didi"
MOPEAR/PR



"A gente não vai botar uma rede ali por botar. A gente espera uma maré, uma lua, uma safra exata, uma temperatura da água certa. Então a gente não é predador, a gente depende daquele ambiente saudável para a gente estar ali."

Sandro Garcias
Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC

Essas falas ajudam na compreensão de que defender os territórios tradicionais é também defender a sociobiodiversidade. Ao mesmo tempo, mostram a necessidade de políticas públicas que articulem conservação ambiental, garantia de direitos e permanência das populações tradicionais.

Essa permanência está profundamente ligada à cultura, que se expressa nos saberes e fazeres construídos e transmitidos entre gerações a partir da própria atividade pesqueira. Como afirma **Vera**:



"Um pescador não só pesca como ele sabe a manutenção de embarcação, às vezes até a construção da embarcação, sabe mexer nos motores e tudo mais. Fazem as rendas, fazem os balaios, fazem várias coisas que são necessárias para a manutenção dessa atividade e da propagação da cultura. Isso tem passado de pai para filho, é uma tradição. Tem suas festas, suas procissões, suas novenas... Isso mantém uma integração cultural.

No entanto, se não tiver mais a atividade de pesca, a probabilidade de extinção ou extermínio das nossas comunidades é muito grande. Então ***a nossa sustentabilidade está ligada com a pesca, não só do ponto de vista do sustento econômico, mas também da tradição e da integração cultural.****"*

Vera Bridi
Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC



Fandango caiçara, Vila de Superagui, Guaraqueçaba/PR
Thyago Bezerra

No entrelaçamento entre território, cultura, produção e conservação se situa a sociobioeconomia, como parte de estratégias construídas pelas comunidades para garantir autonomia, renda e permanência em seus territórios. **Celinha** chama atenção para a necessidade de reconhecer as especificidades da produção tradicional e as relações com os ciclos da natureza:

"Nós da zona costeira e marinha, somos ***fronteira de soberania alimentar****. A gente tem que trazer essas informações para que se crie um Plano Safra para povos e comunidades tradicionais, de acordo com as suas* ***sazonalidades****, de acordo com seus modos de vida, com as suas ferramentas. O nosso comércio é o escambo. Que no período da minha safra eu possa dar sustentabilidade e fomentar aquela outra região que não está na safra."*

Célia das Neves "Celinha"

É nesse espírito que as páginas seguintes apresentam experiências e reflexões organizadas em torno dos eixos cultura, território e sociobioeconomia, permeados pelos temas da organização comunitária, participação social, sociobiodiversidade, mudanças climáticas e do protagonismo de mulheres e juventudes atuantes nas comunidades caiçaras e pesqueiras.



Visita ao Rancho do IGMI, Florianópolis/SC
Leonardo Brasileiro



Coleta do “buzo”,
Praia do Rosa Sul, Imbituba/SC
Maria Aparecida Ferreira “Cidinha”



Rapazis no rancho do Getúlio,
Praia do Campeche, Florianópolis/SC
Acervo da família Inácio



Rancho do Getúlio
Erika Ikemoto



Pampo da Prainha, Torres/RS
Cléria Souza



Ostras ao bafo,
Bertioga, Guaraqueçaba/PR
Erika Ikemoto



Ilha de Superagui, Guaraqueçaba/PR
Leonardo Brasileiro

“O rancho vira uma sala de aula.”

Como contribuir para a continuidade das manifestações culturais de povos e comunidades caiçaras e da pesca artesanal? Vamos conhecer sobre a atuação de educadoras e educadores dessas comunidades na valorização de suas culturas e sobre a estratégia de busca pelo reconhecimento dessas culturas como patrimônio.



Folia de bandeira de Santo Antônio,
Juréia, Iguape/SP
Acervo da família Prado

1.1 "Faz com que as crianças aprendam a importância de ser caiçara." – Turismo de base comunitária e educação

Enseada da Baleia (Cananéia/SP)



"Com o turismo de base comunitária, começamos a trabalhar em 2015. A ideia sempre foi fortalecer a nossa cultura e falar sobre o nosso histórico. A gente oferece as oficinas de pesca, [demonstra] todas as nossas práticas. A gente conta o processo de resistência da comunidade pela luta do território, fala da nossa gestão feminina. Quando a gente está lá explicando, a gente é um educador. O nível entre um professor de escola e um pescador é igual.

As escolas lá de São Paulo ficam deslumbradas com um cenário que para nós é o nosso dia a dia. Isso faz com que as próprias crianças e jovens dentro da comunidade tenham orgulho das atividades que a gente desenvolve, ***aprendam a importância de ser caiçara****. A gente sempre teve essa preocupação, a permanência das crianças, dos jovens dentro do nosso território, que não tivessem essa vontade de ir para fora em busca de uma vida diferente. O que tem aqui, dinheiro nenhum paga."*

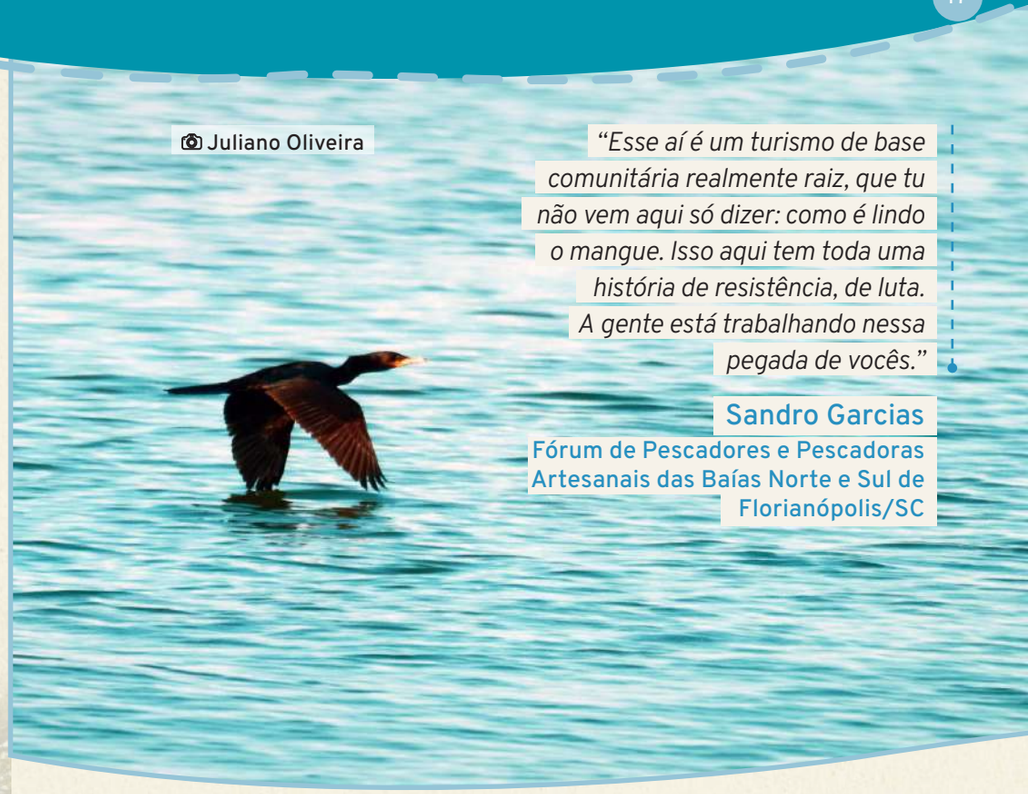
Joyce Cardoso

Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP

Saiba mais sobre a identidade caiçara



Enseada da Baleia, Cananéia/SP
Lia Cruz



Juliano Oliveira

"Esse aí é um turismo de base comunitária realmente raiz, que tu não vem aqui só dizer: como é lindo o mangue. Isso aqui tem toda uma história de resistência, de luta. A gente está trabalhando nessa pegada de vocês."

Sandro Garcias

Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC

1.2 "Preservar nossa identidade, nossa cultura." – Proteção do Patrimônio Cultural

Pesca da tainha na Praia do Campeche (Florianópolis/SC)



"Sou genro do seu Getúlio. Sou de família tradicional aqui do Campeche, na pesca e agricultura. Seu Getúlio faleceu em 2018. Ele era um grande lutador, incentivador da pesca artesanal, além de músico de profissão. Ele tinha o trabalho dele, enquanto militar, músico e a pesca. Depois que ele veio a se aposentar, ele foi estudar pedagogia na UDESC [Universidade do Estado de Santa Catarina] para dar aulas de música para as crianças. Nós temos aqui um projeto, o Música no Rancho da Canoa, para crianças de 9 anos até o infinito totalmente gratuito."

Ivanir Faustino

Instituto Getúlio Manoel Inácio – IGMI/SC



Sr. Getúlio (em memória)
Zé Paiva

"Eu sou filha do Getúlio. Esse trabalho já começou há muitos anos, não só por ele, mas por muitos outros pescadores aqui do Campeche, assim como do sul da Ilha. O Instituto Getúlio Manoel Inácio surge juridicamente em 2020, com a proposta da continuidade desse legado que meu pai deixou, seja na pesca artesanal, como na arte, na cultura aqui da Ilha que se materializa por meio de uma série de iniciativas.

Uma delas é poder fazer esse acolhimento, de alguma maneira partilhar dessa história que tem uma relação com o TBC [Turismo de Base Comunitária], mas fundamentalmente com a proposta da gente poder compartilhar saberes, que é a 'Cultura da Pesca Artesanal: compartilhando saberes'. E a gente tem uma série de públicos, têm as pessoas dos movimentos, das organizações sociais e ambientais, que vêm aqui conversar com a gente, entender como é que funciona a pesca artesanal.
A gente tem um trabalho enorme com as escolas públicas e privadas, porque a gente entende que isso tem que ser o espaço acessado por todo o mundo."



Carla Inácio
IGMI/SC

Praia do Campeche, Florianópolis/SC
Acervo da família Inácio



*"A gente coloca dentro do rancho, retiramos os remos, as crianças vêm e sentam dentro da canoa e **o rancho vira uma sala de aula**. Então a gente passa para as crianças o quão importante é a pesca artesanal, como é a vida do pescador, a idade dos barcos, como é o trabalho."*

Ivanir Faustino

*"A gente também faz oficialmente a abertura da pesca da tainha aqui em Santa Catarina, no dia primeiro de maio, e estamos na 17ª edição. Enfim, a gente tem todo o trabalho da pesca artesanal, que é muito intenso, trabalhoso, e concomitante a gente está na luta para que o meio ambiente seja preservado e, por sua vez, a pesca seja preservada. E a gente precisa estar muito junto com essas **diferentes 'tribos'**, com esse objetivo comum que é preservar a nossa identidade, a nossa cultura e nesse momento, em especial, a nossa espinha dorsal é a pesca artesanal."*

Carla Inácio

Após o intercâmbio, o tradicional Rancho do Seu Getúlio foi reconstruído e reinaugurado em maio de 2026, e continua preservando sua essência cultural e seu papel na comunidade. Em 2027, o espaço celebrará a 20ª edição da abertura da pesca da tainha em Santa Catarina. Desde 2025, o IGMI também desenvolve o projeto "Toca Rapazi, Toca Rapariga", dedicado à tradição da canoa a remo, à formação de remeiros e à transmissão dos saberes da pesca artesanal.

Formatura do projeto "Toca Rapazi, Toca Rapariga"
Acervo do IGMI



Ivanir, Ataíde e Marciana trazem, para o debate, suas perspectivas sobre o lugar da inovação tecnológica em uma manifestação cultural tradicional, que na praia do Campeche é reconhecida como patrimônio pela Fundação Catarinense de Cultura desde 2019.

"Antes era tudo empurrando na estiva, passando sebo de boi ou de carneiro na madeira para empurrar a canoa. Hoje a gente já tem um trator que a prefeitura cede para os 4 ranchos. Quem cuida é a associação dos pescadores.

Todos os sábados a gente está aqui fazendo manutenção na rede. De segunda a sexta os pescadores vêm para o rancho. Às vezes o mar não está em condições para ir para pesca, então eles vêm aqui jogar um dominó, vêm conversar. Vocês não vão ver os pescadores no mar todos os dias, não é uma pesca predatória. Além dela ser a remo, o que é cansativo, os pescadores trazem o peixe para a praia e se alimentam daquele peixe. Quando o peixe está terminando nas casas, eles retornam, olham o mar para ver se têm condições ou não para fazer o próximo cerco.

Claro que na pesca da tainha é totalmente diferente, é aquela safra que a tainha está passando na nossa frente. Então a gente tem a oportunidade de visualizar esses cardumes e poder fazer o cerco. Aqui, trabalha nesse rancho mais ou menos 80 famílias, que vêm aqui ajudar a puxar a rede. A gente faz a divisão toda do peixe nesse espaço."

Ivanir Faustino



"É difícil existir a pesca tradicional sem a figura do camarada. O dono da rede leva 25% de todo o peixe. O resto é distribuído igualitário para todos através do quinhão. Aqui o dono da rede tem a parte dele, tem a parte do remador e do vigia que fica na duna vendo se tem peixe ou não tem peixe. ***Manter a pesca e a canoa com a sua tradição, com a sua forma de ser, sendo a canoa de um pau só, é fundamental!"***

Ataíde Silva
Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche/SC

"Agora eu pergunto para vocês: o exercício dessa atividade cheia de dificuldade não garante o meio ambiente? Não garante a preservação da tainha? Claro que garante. O que querem fazer é a mudança cultural, nem ligam para a tradição. Eles querem só o econômico, é ganância: amanhã vão aumentar para um barco maior, amanhã eles têm um navio e assim por diante. Você vai cedendo o território, isso é perda de conhecimento, não existe mais história, não existe mais cultura, faz a geração [atual] pobre. Tu vai ficar no vazio dizendo que aqui era isso, era um engenho de farinha, era a canoa de um pau só, agora é uma canoa de fibra, é uma canoa de metal, entendeu?"

Ataíde Silva



"Qual a definição de embarcação artesanal? Na nossa região as embarcações são artesanais, porque a gente vai e volta todos os dias, mas tem motor. ***Sempre fica nesse dilema: o que é artesanal e o que é industrial?*** *Na nossa região tem uns 'barquinhos' que ficam 4 a 5 dias fora e diz que são artesanal, mas artesanal é aquele que faz a pesca e volta todo dia. Na praia aqui [Campeche] vocês têm várias pessoas para fazer isso [arrasto da tainha] e lá [na minha região] eles têm 8 pessoas para puxar toda aquela rede, todo aquele peixe para dentro do barco."*

Marciana Amador
Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina – SINDIPESCA/SC

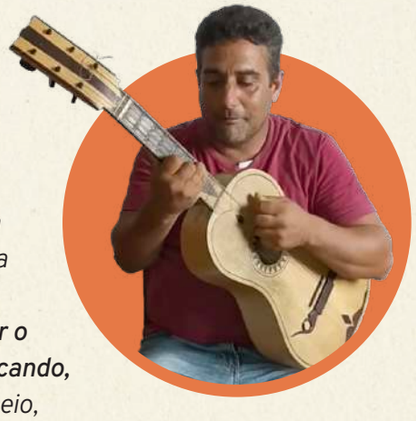
Acompanhe o IGMI nas redes sociais



Conheça o livro "Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina"

Fandango caiçara na Juréia (Iguape/SP)

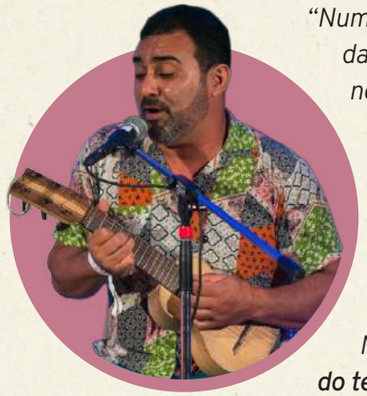
Silvano e Cleiton compartilham seu entendimento sobre a salvaguarda do fandango caiçara, reconhecido como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012. Trazem os desafios de um contexto de sucessivas restrições, que incluem a criação de uma estação ecológica estadual em sobreposição ao seu território em 1986 e a listagem da caixeta, matéria-prima para os instrumentos do fandango, como ameaçada de extinção em 2014.



"Tinham várias comunidades dentro da Estação Ecológica [Jureia-Itatins]. Essas pessoas iam fazer uma roça de arroz, convidava todo mundo, fazia um mutirão. A gente pegava lá foice, machado, andava às vezes o dia todo para chegar, dormia, no outro dia plantava, tomava um café na roça. ***À noite, o baile, fandango, para pagar o trabalho, amanhecia lá dançando, tocando, cantando.*** *Dali, ia embora. Naquele meio, combinava com o outro: Eu preciso fazer a minha roça lá, dá para vocês irem? A gente era feliz, você podia viver tranquilo.*

Hoje você vai cortar uma madeira para fazer uma viola, você está com o tronco lá nas costas, o ambiental chega: Você não pode. Foi multado, apreendeu o tronco da caixeta. Você vai, está fazendo uma rocinha ali, o ambiental chega, caneta."

Silvano Prado
Associação Jovens da Juréia – AJJ/SP



"Numa reunião do plano de salvaguarda [do fandango caiçara] do IPHAN em Curitiba, falei: O nosso território, os territórios das comunidades tradicionais caiçaras estão acabando, e a gente tem que falar da salvaguarda no território tradicional caiçara. Para acontecer o fandango, tem que ser as pessoas da comunidade tradicional, porque ali que o fandango existe, nos mutirões e nas festas. Não tem como existir fora do território, ***fora do território não é cultura viva mais, é folclore.***

O viés do IPHAN é fazer reuniões, oficinas, conscientizar as pessoas, e levar fandango não sei pra onde. Tudo metodicamente, com cronograma de reuniões. A nossa metodologia é: fazer instrumento, colocar na mão das crianças, do jovem. E fazer o repasse do conhecimento, fazer as crianças tocarem, incentivar a ir nas romarias, nas festas do fandango, nos fandangos na comunidade."

Cleiton Prado
Espaço Manema de Cultura Caiçara/SP



Transmissão do fandango caiçara, comunidade Prelado, Juréia, Iguape/SP
Tomáz Cajueiro

SALVAGUARDA:

"conjunto de medidas e ações destinadas a proteger e promover o patrimônio cultural de natureza imaterial, garantindo que tradições, práticas e expressões culturais sejam mantidas e transmitidas às futuras gerações."

Fonte: bcr.iphan.gov.br/salvaguarda



Ajuntório de plantio de roça entre comunidades Grajaúna e Praia do Una, Iguape/SP
Acervo da família Prado

Conheça o "Dossiê de Registro do Fandango Caiçara"

Capítulo 2 TERRITÓRIO



Local próximo à abertura da nova barra na Ilha do Cardoso, Cananéia/SP
Maurício Dias



Barra do Ararapira, Guaraqueçaba/PR
Leonardo Brasileiro



Arrasto de praia da pesca artesanal da tainha, praia de Ibiraquera, Imbituba/SC
Maria Aparecida Ferreira “Cidinha”

“A nossa casa é mais do que a comunidade. É o espaço que a gente navega, onde as crianças brincam e [tem] as festas.”



Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS
Acervo PARNA da Lagoa do Peixe, ICMBio

O direito de existir, mantendo suas manifestações culturais próprias, se ancora no reconhecimento do direito das comunidades caiçaras e da pesca artesanal ao território tradicional. A seguir, essas comunidades contam sobre como utilizaram ferramentas de mapeamento das práticas tradicionais e de garantia do direito à consulta livre, prévia e informada e sobre como se organizaram na busca pela regularização fundiária e condições dignas de vida em seus ranchos de pesca. Compartilham também sobre como adaptaram o uso e ocupação desse território diante de cenários de ameaça envolvendo processos de erosão costeira e secas extremas.

2.1 "Nós não existíamos no mapa" – Cartografia social e outros mapeamentos participativos

Mapeamento do território pesqueiro tradicional caiçara da Ilha do Cardoso (Cananéia/SP), 2022



"Em 2020, o governo federal flexibilizou a legislação facilitando a instalação de empreendimentos de aquicultura e tinham áreas da Ilha do Cardoso demarcadas como áreas de interesse. Para nos defender, nos unimos aos movimentos sociais do RJ, SP e PR e construímos o protocolo de consulta dos povos e comunidades tradicionais para os processos de cessão das águas da União.

E buscamos também uma ferramenta que pudesse mostrar as áreas de usos das comunidades tradicionais.
A gente tem que dar subsídio para o Ministério Público dizer: 'Aqui não pode, porque é uma área de uso tradicional'. *Aí a gente começou a construir o mapeamento do território pesqueiro tradicional caiçara da Ilha do Cardoso. As comunidades fizeram oficinas e a equipe da Articulação organizou esse processo com vários parceiros.*

A gente foi se capacitando para que ***nós mesmos fôssemos capazes de desenvolver o processo todo****. Planejamos cada etapa. Na etapa de formação, a gente formou os pesquisadores [comunitários]. Eles fizeram entrevistas com os mais velhos: como são as festas, como vive... Na etapa do mapeamento local, cada comunidade tinha um mapa em branco e registrava: aqui eu faço extração de marisco, aqui caranguejo... Depois desse levantamento todo, passamos de comunidade em comunidade falando porque a gente estava ali, e demarcando com GPS cada espaço, cada rio. Aí passamos por sistematização, que foi pegar todos esses conhecimentos e transformar em um mapa georreferenciado, que o Jorge [Cardoso] fez."*

Tatiana Cardoso
Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP



"No mapeamento a gente descobriu que ***a nossa casa é mais do que a comunidade. É o espaço que a gente navega, onde as crianças brincam e [tem] as festas. Tudo isso é nosso território.*** *Uma das pescarias é o cerco-fixo, que vocês estão lutando lá no Paraná. A gente precisa ter muito conhecimento de floresta, madeira, tempo certo para [tirar a] taquara, Lua. A primeira etapa do cerco é um mês dentro da floresta, depois que a gente traz para o mar, que se torna uma festa."*

Jorge Cardoso
Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP

"A gente também teve que fazer. A gente formou 18 alunos, que eram das escolas de várias comunidades, e esses alunos fizeram a cartografia social do nosso território.
Os mais velhos ajudaram a explicar o que era o mourão, que tem que crescer direitinho para fincar e aguentar o cerco, porque só as taquaras não aguentam."

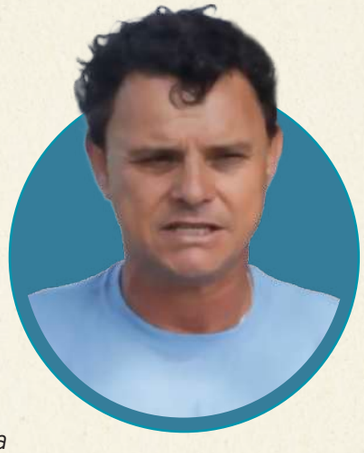
Adnã Chagas das Dores "Didi"
MOPEAR/PR



Cerco-fixo, Enseada da Baleia, Cananéia/SP
Erika Ikemoto

"O documento é dividido em partes. ***O mapeamento social fala quem somos nós. O mapeamento comunitário da pesca fala o que a gente pesca na Ilha do Cardoso e como a gente pesca.*** *Foram mapeados 36 tipos de pesca diferentes, uma parte delas é de subsistência."*

Tatiana Cardoso



"A Tatiana está dando uma aula para nós aqui de como que se prepara, que se organiza, através disso aí é que sai os acordos."

Adnã Chagas das Dores "Didi"

"O exemplo da cartografia deles veio do encontro Sul-Sudeste[1] de pesca, foi trazido pelos moradores lá da Barra do Ararapira, representando o MOPEAR, e eles apresentaram o trabalho, inclusive deram apoio para a gente depois."

Tatiana Cardoso

[1] *Reunião da Articulação dos Pescadores e Pescadoras das regiões Sul e Sudeste do Brasil.*



Acesse o mapeamento do território pesqueiro tradicional caiçara da Ilha do Cardoso/SP

Acompanhe a Articulação nas redes sociais

Cartografia social dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná



"Um tempo lá atrás que nossos pais, nossos avós, tinham direito desse território, de fazer o que eles queriam. Aquele tal do direito do cidadão de ir e vir sem ter essa encrenca. Mas a partir dos anos 80, dentro do nosso território, começou a ter a invasão das grandes companhias, como Serra Almeida, Mineropar e Companhia Agropastoril, que trouxe búfalo para toda a nossa região. Então foi uma luta pelo território desde os anos 80. Lá em 89 veio a criação do Parque Nacional [do Superagui] em cima do território.

A gente não está aqui dizendo que é contra a criação do Parque Nacional. A gente é contra o modo que ele foi criado, como ele chegou sem a consulta, foi trepando em cima do nosso território [para] tirar nosso direito à prática tradicional."

Cláudio Nunes
MOPEAR/PR



"Quando a gente fez o mapeamento para a construção da nossa cartografia social, nós ***demarcamos todas as nossas 78 práticas.*** *Todos os pontos de roça, onde o pessoal ia caçar, onde fazia o mundéu, onde tirava o palmito. Onde é o sambaqui, que não pode mexer. A gente demarcou tudo isso com ponto de GPS, colocamos no mapa.*

Nós, Superagui e Ilha das Peças, não existíamos no mapa. *E ainda não existimos, estamos brigando para existir lá dentro."*

Adnã Chagas das Dores "Didi"



"Nos mapas feitos pelo estado, Superagui é representado pelo mico-leão-da-cara-preta e o papagaio-da-cara-roxa, e a Ilha das Peças é representado pelo quati, não tendo comunidades lá dentro.

Quando nós estamos fazendo esse mapeamento, essa autodemarcação, não quer dizer que o pessoal seja privado de entrar no território. Os moradores, tanto da comunidade do Paraná como em São Paulo, não ligam que um entre dentro do território do outro, com todo respeito, fazendo uso comum.

***Nós só conseguimos resistir graças a uma organização chamada MOPEAR**, que se organizou em Superagui. A gente, como associação de moradores, se organizou com o movimento e continuamos resistindo, sem ganhar nada. A gente pensa nas futuras gerações que tem que viver aqui e não sobreviver.*

Nosso movimento [MOPEAR] foi criado em 2008, é luta todo dia para resgatar e fazer as nossas práticas tradicionais da pesca, da caça e da roça. A caça e a roça ainda nós não fazemos. Nós não podemos entrar na floresta para cortar uma madeira para fazer uma canoa. Nós não podia entrar na floresta para cortar bambu, taquara, para fazer esse cerco. Podemos exportar madeira para fazer o cerco-fixo através do Termo de Compromisso, uma luta do movimento para resgatar isso [a prática] e fazer acontecer."

Adnã Chagas das Dores "Didi"
MOPEAR/PR

Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil – pescadores artesanais da Vila de Superagui – Guaraqueçaba/PR



Baía dos Pinheiros, Guaraqueçaba/PR
Leonardo Brasileiro

Acompanhe o MOPEAR nas redes sociais

Cartografia social do Campeche (Florianópolis/SC)



"A cartografia iniciou primeiro com a UFSC, aí o IFSC assumiu e o Tekoa Pirá, uma ONG, nos ajudou. Nós tinha já os dados levantados, Getúlio [Inácio] participou, depois veio a falecer.

*A cartografia é uma coisa que eu indico muito para as comunidades porque é o registo da memória. Ela serve como documento jurídico de proteção dos povos tradicionais, **garantindo os caminhos históricos**. Os caminhos históricos não é só ligando a uma praia, é dentro do bairro também. Então aqui está o registro dos nossos engenhos de farinha. A memória de um bar de cachaça, a memória de um acesso à praia, mas também a memória de quantas escolas tinham na época, todos os ranchos de pesca estão ali registrados.*

Florianópolis e os povos tradicionais passam por uma ameaça muito grande. E uma das maiores ameaças são os planos diretores. É importante que nos planos diretores dos bairros de vocês não deixem alterar o zoneamento. Não se pode perder as áreas rurais dos bairros para poder manter os engenhos de farinha e a cultura açoriana. Isso é uma pressão econômica para tu se mudar. Hoje não se pode ter e não se tem um espaço de engenho de farinha, não tem espaço para criar um boi, para plantar uma mandioca. Não existe engenho de farinha sem uma roça de mandioca, se torna um museu."

Ataíde Silva
Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche/SC

"Aqui está tudo mapeado. Por exemplo, no rancho do seu Getúlio, a canoa Glória tem uma numeração onde ela pode pescar. A outra canoa do seu Chico também tem o local dela da pesca, a licença. Quem vem pescar de motor em cima do nosso [território], nós denunciamos. É um ordenamento."

Ivanir Faustino
IGMI/SC

Cartografia Social do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche

Acompanhe a Associação nas redes sociais

2.2 "Quer trabalhar no nosso território? Tem que consultar!" – Protocolos de consulta e a luta por direitos

Muitas vezes implementados em articulação com os mapeamentos do território, os protocolos de consulta vêm se mostrando ferramentas importantes na luta por direitos.

Protocolo de Consulta aos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Caiçaras de Guaraqueçaba/PR



"Infelizmente nossa comunidade tradicional pouco conhece a OIT 169[1]. Ela é uma convenção que o Brasil é signatário e passou a valer para nós a partir de 2003. Então isso é um documento, é uma lei que protege as comunidades tradicionais. E se nós estivermos desorganizados não adianta ter essa lei. Não adianta você procurar por ela e querer ser atendido individualmente, porque ela não vai te atender individualmente, ela tem que ser no coletivo, e esse coletivo tem que funcionar. Aí vocês podem fazer abaixo-assinado de autorreconhecimento, se autorreconhecendo como pescador artesanal ou como comunidade tradicional. Então para lá a gente se organizou, usamos a OIT 169, criamos um protocolo de consulta. ***Quer trabalhar no nosso território? Tem que consultar!****"*

[1] *Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169, com entrada em vigor para o Brasil em 2003; Decreto Federal 10.088/2019, consolida atos normativos sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil.*



Encontro do MOPEAR, Comunidade de Tibicanga, Guaraqueçaba/PR
Acervo MOPEAR

"Agora tem um problema com isso, todo mundo diz, 'ah, eu quero consultar'. Isso começou a atrapalhar nós na reunião da coordenação. Então, a gente criou agora, lançou nas redes sociais, um edital marcando um encontro de 2 ou 3 dias. Mas nesse encontro, quem quer pesquisar, ele vai ter que bancar o encontro, ele vai ter que bancar alimentação, ele vai ter que bancar a gasolina, porque nós vamos ter que deixar de pescar para ir atender uma pesquisa que eles querem fazer. A pesquisa, quem quer? Nós queremos pesquisa, nós vamos atrás buscar gente para pesquisar para nós. Eles vão ter que bancar, 3 dias, até 8 pesquisas por encontro.

No nosso protocolo de consulta tem 4 etapas: a primeira mais informativa; depois tem a reunião que a gente faz só com a comunidade; depois tem a reunião com o pesquisador ou com o governo, seja com quem for; e depois, por último, uma reunião de decisões. A gente aceita ou não aceita. Quando não é muito restritiva, que não vem trazer prejuízo ou não é construção, a gente libera, dá um termo para eles, uma carta de anuência. Mas só que é assim, você fez lá, você não pode divulgar nada sem voltar aqui pra nós, consultar nós e dizer pra nós."

Cláudio Nunes
MOPEAR/PR

Assista aqui uma encenação de um processo de consulta livre prévia e informada:



Protocolo de consulta do MOPEAR



A organização do Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC

"A gente foi vendo como as outras comunidades se organizavam, vi o Fórum da Lagoa dos Patos. Daí a gente resolveu fundar o Fórum sem CNPJ, só com o regimento, que essa nossa organização não gere lucro, não gere verbas. Foi um Fórum para nos proteger, para construir e ajudar no ordenamento pesqueiro, no ordenamento náutico. Para nós também trabalhar sobre a poluição, que é muito grande na nossa região e cada vez estão colocando mais, é emissário e tudo mais. Está previsto o balizamento e uma marina gigantesca aqui para dentro.

O fórum foi feito pra isso, tudo que é água dentro da Baías Norte e Sul, ***não é uma comunidade que pode responder sobre o que vai ser feito ali, mas sim todas as comunidades, porque é o uso comum****. Nós não estamos aqui sozinhos, está o pescador artesanal, o amador, o turismo, o esportista, porque nós estamos numa área urbana. Nós estamos aqui primeiro, então vocês vão ter que se adaptar conforme as nossas regras. Por isso é interessante a gente fazer a cartografia, fazer o protocolo da OIT 169.*

O que a gente busca dentro do Fórum é fazer ***um protocolo de consulta prévia de toda a Baía Norte e a Baía Sul de Florianópolis****, que todas as comunidades sejam consultadas."*

Rancho do Sandro, Estreito, Florianópolis/SC

Erika Ikemoto



"Quando se trata de pesca artesanal, a gente tem uma diversificação muito grande em apetrechos e métodos de pescaria que ***não são levados em conta na hora de redigir as portarias, normativas e as leis****. Tudo vai impactando nós e cada uma, juntando tudo, inviabiliza a nossa continuidade. O único instrumento que a gente achou que poderia ter uma esperança de ser ouvido é o Fórum, fazendo ata, lista de presença, fotografar, fazer a nossa bandeira, porque nós somos pescador, nós temos que ser ouvidos."*

Sandro Garcias
Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC

"A nossa grande luta e a vontade de integrar o Fórum de Pescadores(as) Artesanais das Baías de Florianópolis, é porque a gente sabe que nossas comunidades de pesca artesanal têm direitos de ter seus territórios terrestres e marinhos (maretórios) reconhecidos, demarcados e titulados, como os territórios das comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades ribeirinhas. Os planos diretores dos municípios da Grande Florianópolis, que margeiam as Baías Norte e Sul, não apresentam em seus zoneamentos as demarcações de nossos territórios. Isso vulnerabiliza muito nossas comunidades. Porque o que caracteriza uma comunidade tradicional de pesca artesanal é a relação dela com o território e maretório. ***Se não há reconhecimento, demarcação e titulação, não temos a salvaguarda.*** *Sem nossos direitos preferenciais na exploração e preservação territorial nossas comunidades estarão fadadas ao extermínio."*

Silvana Alves e Vera Bridi na pesca da tainha, Praia dos Naufragados, Florianópolis/SC

Acervo de Vera Bridi



"Sabemos que temos direito à Consulta Prévia, Informada, Livre e de Boa-fé antes que qualquer projeto, empreendimento, medidas administrativas e mesmo jurídicas determinem intervenções em nossos territórios. Para tal, estamos nos reunindo nas diversas comunidades dos entornos das Baías, tanto na parte insular quanto continental, elaborando nossos protocolos.

Precisamos nos organizar, participar do Fórum, nos politizar, sensibilizar os membros de nossas comunidades sobre nossos direitos, nos reconhecermos como comunidade tradicional, demarcarmos nossos territórios e reconhecermos e respeitarmos nossas organizações, ***para não sermos 'varridos do mapa'.***

Mesmo que haja uma expansão imobiliária sem precedentes em nossa orla, nossos territórios identitários são facilmente demarcados pois ainda somos expoentes nacionais em pesca artesanal. Faz parte da nossa cultura açoriana a pesca embarcada, desde a colonização na metade do século XVIII e a inovação de nossas lidas com o mar fez com ***que nossas maiores áreas de aquicultura fossem demarcadas*** *em nossas Baías.*

Alertamos em todas nossas comunidades que se atentem para a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e para o Decreto Federal 6.040/07[1], que nos asseguram direitos territoriais imprescindíveis para a sustentabilidade de nossas comunidades, preservação de nossa cultura, nosso patrimônio material e imaterial e segurança alimentar de nosso povo."

[1] *Decreto Federal 6.040/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.*



Rancho de pesca e oficina de mapeamento e autorreconhecimento da Comunidade Tradicional de Pesca Artesanal da Barra do Sul, Florianópolis/SC

Acervo de Vera Bridi

*"Nós tivemos acesso a um aplicativo que se chama '**Tô no Mapa**', uma parceria de ONGs do Cerrado e Ministério Público Federal e Defensoria Pública Federal. Nesta plataforma encontramos a metodologia para o desenvolvimento de autorreconhecimento e autodemarcação de nossas comunidades. Atualmente, a* ***Plataforma de Territórios Tradicionais*** *tem apresentado uma forma simplificada para nos cadastrarmos e termos visibilidade frente ao Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais com apoio do Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União a partir de nosso próprio reconhecimento e autodemarcação territorial, apontando as ameaças e potencialidade de nossa cultura e a forma como queremos ser consultados."*

Vera Bridi

Associação de Marinheiros e Pescadores do Farol de Naufragados e Conselho Gestor do Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC



2.3 "A cultura está aqui dentro, somos nós!" – Regularização de ranchos de pesca

A regularização dos ranchos de pesca se apresenta como uma importante frente de luta por reconhecimento, segurança e condições dignas de trabalho, respeitando as especificidades de cada comunidade.

Rancho da Praia Vermelha (Imbituba/SC)

"Dentro do conselho da APA [da Baleia Franca], a gente criou um grupo de trabalho em 2020 para discutir a regularização dos ranchos de pesca. Porque, até então, poucos ranchos da região tinham o TAUS [Termo de Autorização de Uso Sustentável][1] do SPU [Secretaria do Patrimônio da União]."

Victor Pazin



Rancho da Praia Vermelha, Imbituba/SC
Janina Huk Schamberg

[1] *Portaria SPU 89/2010. Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS.*

Acompanhe a ASPECI nas redes sociais



"Existia o problema: 'Ah, não pode ter banheiro'. Daí, eu falei: a EPAGRI [Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina] tem um projeto muito bom de fossas ecológicas, que não polui."

Marciana Amador
SINDIPESCA/SC

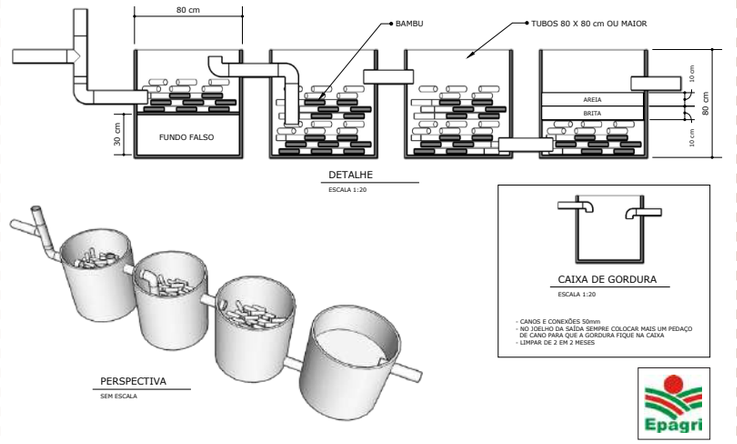


"Foi um projeto com a EPAGRI, a SPU, as Prefeituras, o Instituto Chico Mendes e as entidades da pesca. Antes vinha de cima para baixo, hoje é de baixo para cima. Foi feita uma fossa ecológica. ***O nosso foi o modelo piloto, o primeiro rancho construído com banheiro.*** *A fossa tem cinco tubos, três tem bambu, o quarto tem pedra. Depois de 2 anos a gente destapou e o quinto já sai água limpinha."*

Lédio da Silveira
ASPECI/SC

Conheça o sistema de tratamento de esgoto Laranjal, desenvolvido especialmente para solos com o lençol freático muito superficial.

TRATAMENTO DE ESGOTO – MODELO LARANJAL





"O nosso trabalho hoje em dia, junto com SPU e as Prefeituras, é na regularização desses ranchos e nos critérios para que os novos ranchos tenham as características adequadas. E aqui, na Praia Vermelha, é um rancho que foi recentemente reformado. Outra coisa que a gente está priorizando, junto com SPU, é transformar os ranchos antigos em coletivos, com tratamento adequado de fossa."

Victor Pazin

A APA da Baleia Franca lançou o Programa Rancho de Pesca Legal, uma iniciativa que busca reconhecer os espaços de trabalho, cultura e transmissão de conhecimentos, tendo como objetivo a regularização de todos os ranchos da APA em 5 anos. Além de apoiar a permanência dos modos de vida tradicionais, o programa demonstra que a conservação ambiental pode ser construída em parceria com as comunidades que historicamente vivem e cuidam desses ambientes.

Stephano Ridolfi – APA da Baleia Franca/SC, ICMBio

Ranchos das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC



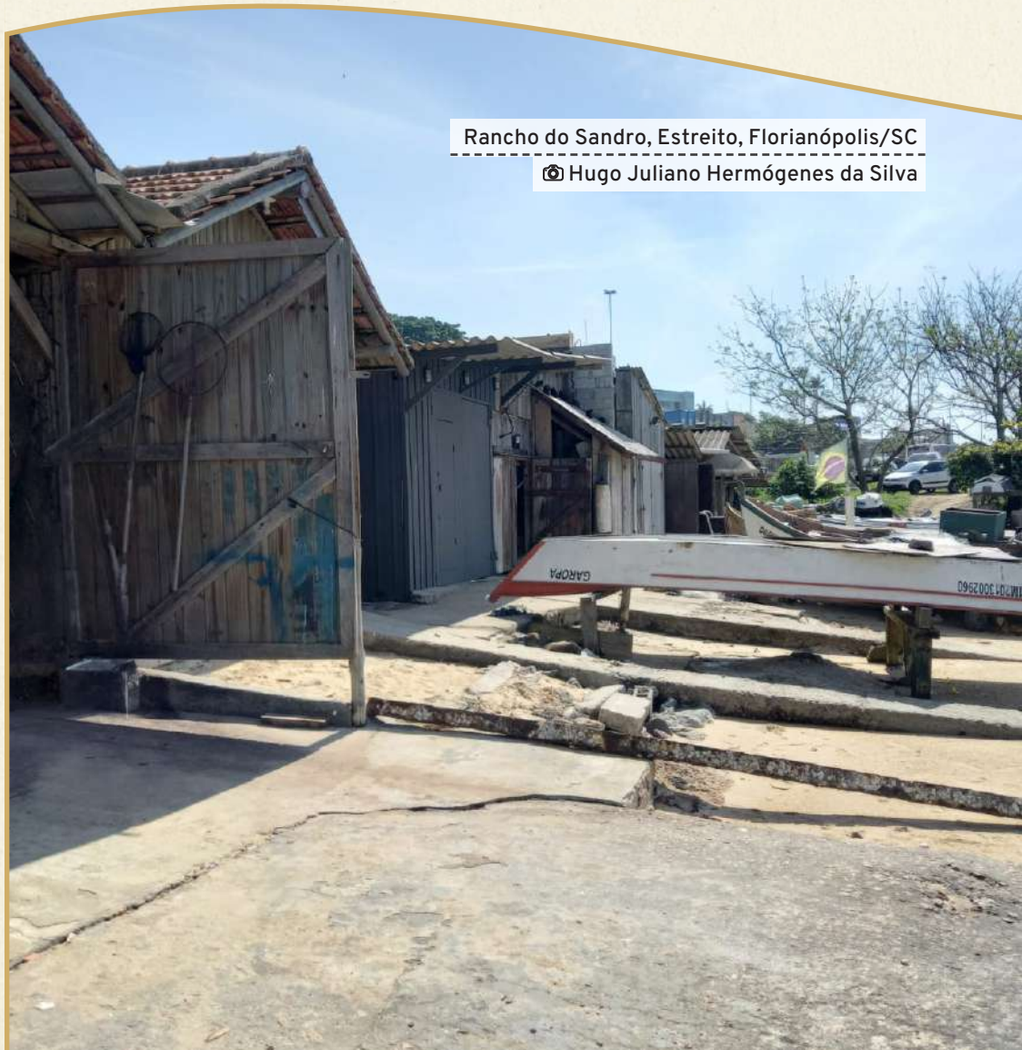
"Eles [da fiscalização] querem aqui em Florianópolis um rancho padrão para todo mundo, não existe padrão na pesca artesanal. Cada comunidade, cada rancho é diferente um do outro. Cada um tem a sua peculiaridade. A gente sugeriu para eles que nosso rancho fosse feito de bloco, que desse segurança, porque não é a casca de fora que vai dizer o que nós somos, é o que está ali dentro, a cultura. Não é um rancho feito de eucalipto que vai dizer. Não, ***a cultura está aqui dentro, somos nós!*** *Por que então não fazer uma estrutura que nos dê segurança? Daí dão um rancho que a qualquer momento eles podem vir aqui arrombar, rouba um motor desse, roubam o meu material, o que eu vou fazer da minha vida? Porque a gente está pedindo o mínimo, a gente ter condições de trabalhar dignamente."*

Sandro Garcias



"O poder imobiliário está acabando com tudo. Vocês chegaram aqui [rancho do Getúlio – Praia do Campeche], vocês viram a cerquinha de rede. Isso é uma proteção para o pescador, porque se a gente não fizer isso, eles vão estar aqui fazendo fogueira, queimando o rancho, trazendo o carro para colocar em cima, jogando lixo para cima do telhado. Todos os dias têm que vir aqui de manhã e se preparar para o pior."

Ivanir Faustino
IGMI/SC



Rancho do Sandro, Estreito, Florianópolis/SC
Hugo Juliano Hermógenes da Silva

2.4 Adaptação aos efeitos de eventos climáticos extremos em comunidades e atividades pesqueiras

A crise pesqueira na Lagoa do Peixe (Mostardas e Tavares/RS)

Entre 2021 e 2023, períodos recorrentes de estiagem, associados a ventos fortes e altas temperaturas, alteraram significativamente a paisagem e a dinâmica da Lagoa do Peixe, comprometendo a biodiversidade e a subsistência das comunidades pesqueiras. Em 2022, cerca de 50% dos 35 quilômetros da lagoa ficaram secos, provocando a morte de aproximadamente 1,5 tonelada de peixes e uma redução estimada de 80% na safra do camarão-rosa. Em 2023, a situação se agravou, com cerca de 90% da lagoa seca e perdas estimadas em 90% da safra de camarão. O cenário afetou diretamente cerca de 200 pescadores artesanais de Mostardas e Tavares, gerando prejuízos econômicos e comprometendo uma das principais fontes de renda e subsistência das famílias da região. Jucemara, Rafael e Jorge contam sobre como se adaptaram a esse cenário e sobre as implicações para a noção de 'território'.

"Nós fomos pra Lagoa dos Patos. Nem todos se adaptaram, as nossas redes são baixas para lá, mas fazer o quê, é o que tinha. Fiquei um tempo lá na Várzea acampado. Aluguemos casa lá também para parar, se viremos."

Rafael Borges
Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS



Período de seca na Lagoa do Peixe/RS
Acervo PARNA da Lagoa do Peixe, ICMBio



*"É uma vila de pescadores, pessoas muito receptivas, muito boas, entenderam que foi uma situação difícil aqui. Lá precisa de uma licença específica. **A Colônia fez a listagem dos pescadores da Lagoa do Peixe e pediu uma autorização** para o Ministério da Pesca porque já tinha fechado a inscrição de solicitação de licença para a Lagoa dos Patos. Uma forma para não deixar o pescador totalmente desamparado."*

Jucemara Souza
Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS

"O ICMBio também ajudou. Muitos conseguiu cadastro pela Colônia. Daí conseguiram manter a carteira para não perder lá, caso acontecer uma [outra] seca aqui."

Rafael Borges

*"Antes de ter a licença da Lagoa do Peixe, ele já tinha a licença da Lagoa dos Patos, como uma alternativa. Depois do **termo de compromisso**[1], ele ainda permaneceu um tempo com a licença da Lagoa dos Patos. Mas como agora ele se sentiu seguro com a pesca na Lagoa do Peixe, ele abriu mão, foi uma escolha dele. Pode ser que volte a precisar numa situação de emergência e a gente pode voltar a recorrer à licença lá. Alguns pescadores têm mantido as duas licenças por causa dessa seca. Se voltar a acontecer, não precisam estar correndo atrás de novo."*

Jucemara Souza



[1] *Com o termo de compromisso firmado em 2020 entre o segmento da pesca artesanal da Lagoa do Peixe e o ICMBio, o direito de filhas e filhos e pescadores cadastrados, como Jucemara e Rafael, foi reconhecido.*

Saiba mais sobre esse processo de garantia do direito à reprodução dos modos de vida tradicionais aqui.

"A gente que pesca na Lagoa do Peixe e no mar, nosso apego é nesses dois locais. Mas o território tradicional pesqueiro aqui é muito mais amplo do que o Parque ou a costa. Ah, não deu? Corre para Lagoa dos Patos, têm as lagoas internas do município."

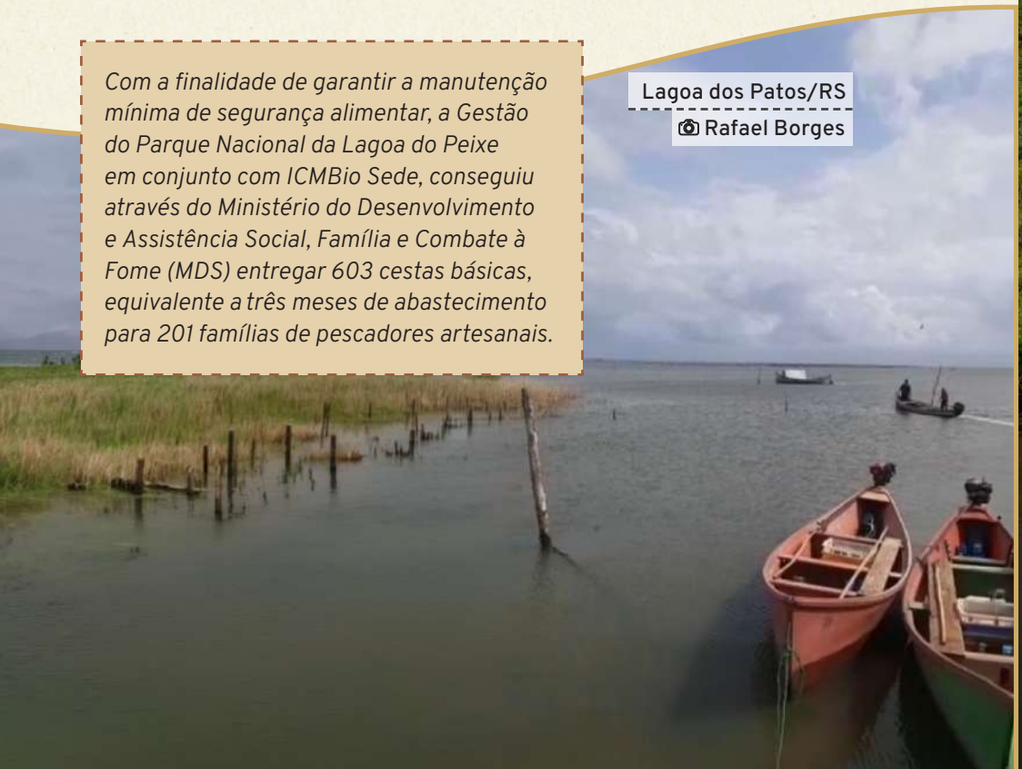
Jucemara Souza



"Alguns foram para a Lagoa dos Patos... Lá tem que ter um barco melhor pra pescar. Já pensou, eu já estou devendo, aí vou fazer mais uma despesa, ***será que eu vou conseguir pelo menos pagar o que eu vou fazer?*** *Meu irmão mesmo foi, perdeu rede, dois motores de popa, então acabou vindo pior do que foi. Sorte que a gente tem crédito, a gente vai tentando economizar, mas vai comprando. O pessoal da região conhece a gente, então sabe que num determinado tempo tu vai conseguir pagar, então vai te financiando. Não muita coisa também, o básico."*

Jorge Peres da Silva
Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS

Com a finalidade de garantir a manutenção mínima de segurança alimentar, a Gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe em conjunto com ICMBio Sede, conseguiu através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) entregar 603 cestas básicas, equivalente a três meses de abastecimento para 201 famílias de pescadores artesanais.



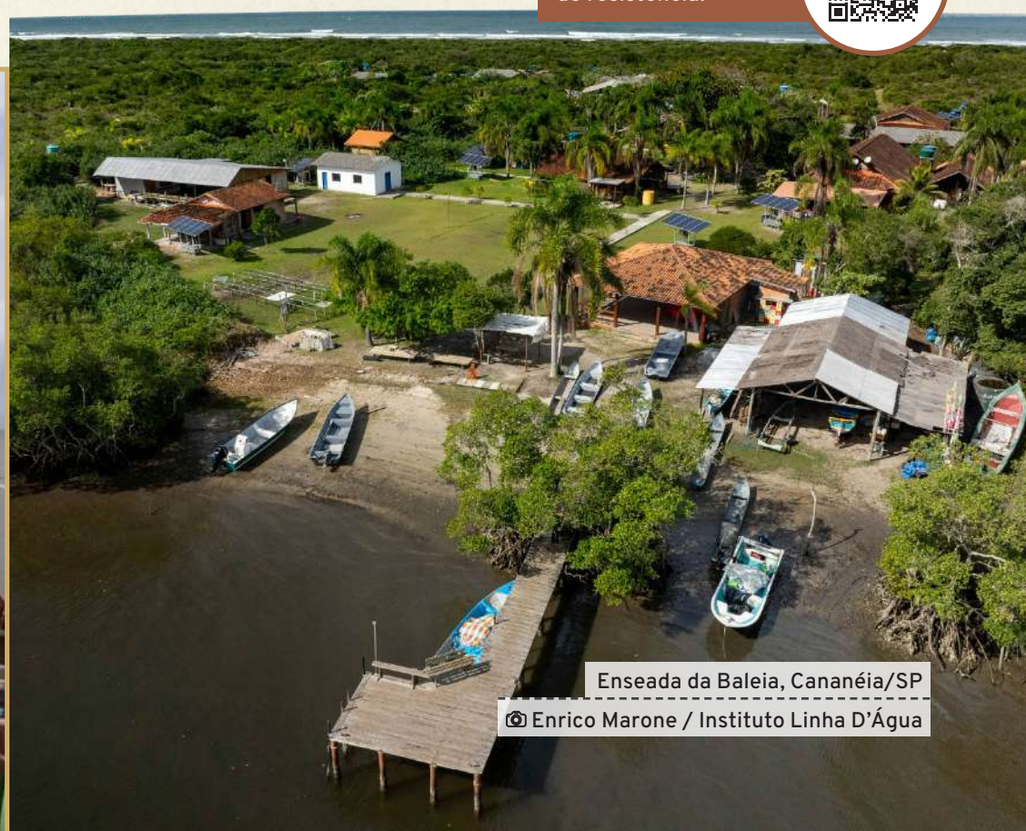
Lagoa dos Patos/RS
Rafael Borges

Realocação da comunidade: o caso da Enseada da Baleia (Cananéia/SP)

Em 2017, as onze famílias da comunidade da Enseada da Baleia passaram por um processo de realocação no interior do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Essa realocação vem como resposta a um processo erosivo que remonta à década de 1950, se intensificou a partir de 2016 e culminou com a abertura de uma nova barra no antigo local da comunidade em 2018.

Um trabalho publicado em coautoria com a comunidade destaca as dificuldades enfrentadas, por se tratar de um processo de realocação envolvendo uma comunidade tradicional no interior de unidade de conservação de proteção integral. Traz um relato sobre a mobilização da comunidade e articulação com uma extensa rede de parceiros, incluindo a Defensoria Pública e a Universidade, e sobre os critérios adotados para a escolha da nova área.

Conheça essa história de resistência:



Enseada da Baleia, Cananéia/SP
Enrico Marone / Instituto Linha D'Água

Capítulo 3 SOCIOBIOECONOMIA



Rancho Canto Sul do Porto Novo, Praia do Rosa, Imbituba/SC
Maria Aparecida Ferreira “Cidinha”



Tarrafa com tainhas da Prainha, Torres/RS
Cléria Souza



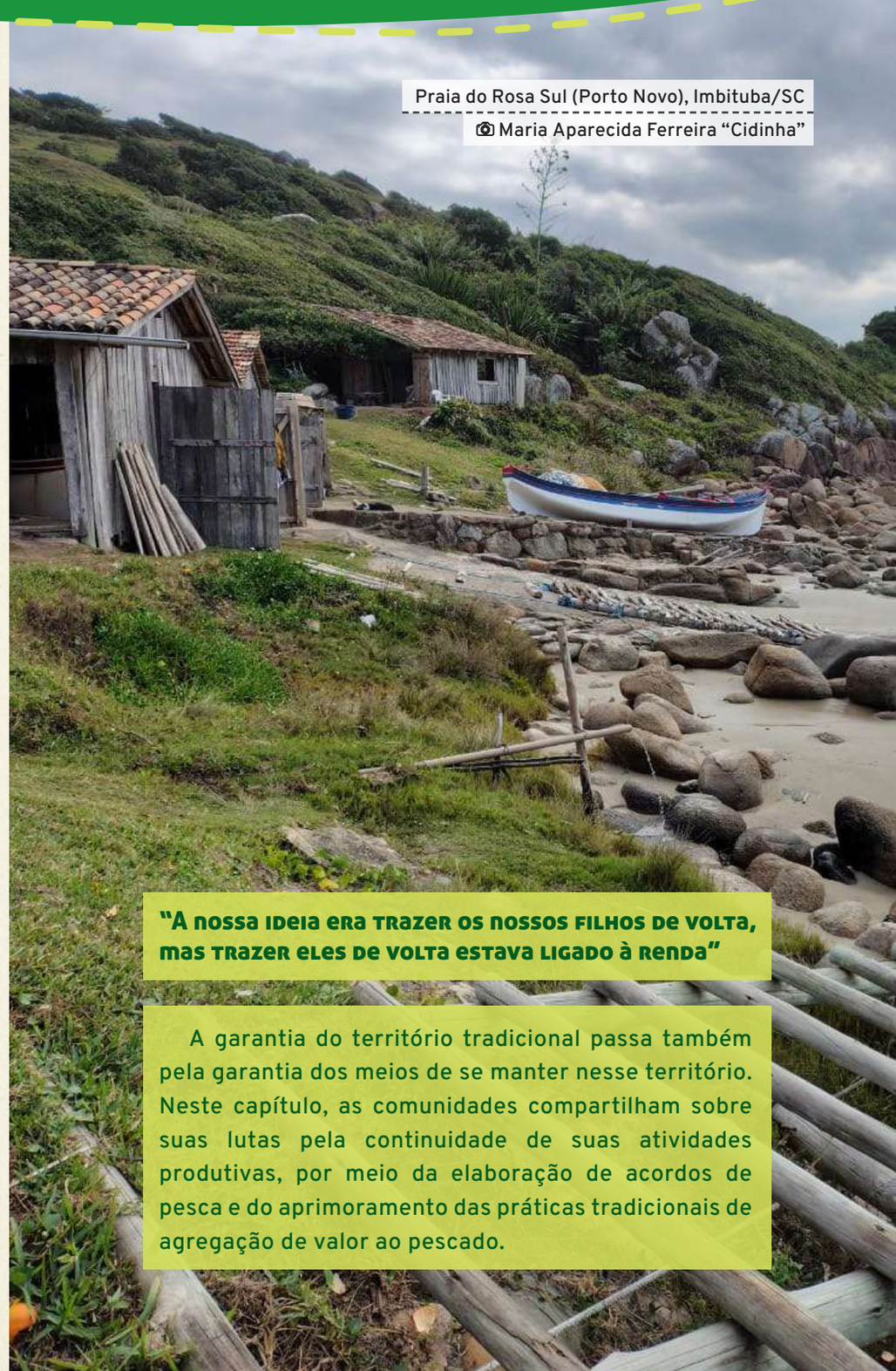
Pesca de pescadinha com rede de cabo, Praia Nova, Mostardas/RS
Rafael Borges



Ajuntório de plantio de roça entre comunidades Grajaúna e Praia do Una, Iguape/SP
Acervo da Família Prado



Tibicanga, Guaraqueçaba/PR
Erika Ikemoto



Praia do Rosa Sul (Porto Novo), Imbituba/SC
Maria Aparecida Ferreira “Cidinha”

“A nossa ideia era trazer os nossos filhos de volta, mas trazer eles de volta estava ligado à renda”

A garantia do território tradicional passa também pela garantia dos meios de se manter nesse território. Neste capítulo, as comunidades compartilham sobre suas lutas pela continuidade de suas atividades produtivas, por meio da elaboração de acordos de pesca e do aprimoramento das práticas tradicionais de agregação de valor ao pescado.

3.1 "Vai ter que olhar pro outro e ceder" – Acordos de pesca

Termo de Compromisso do Cerco-Fixo no litoral do Paraná

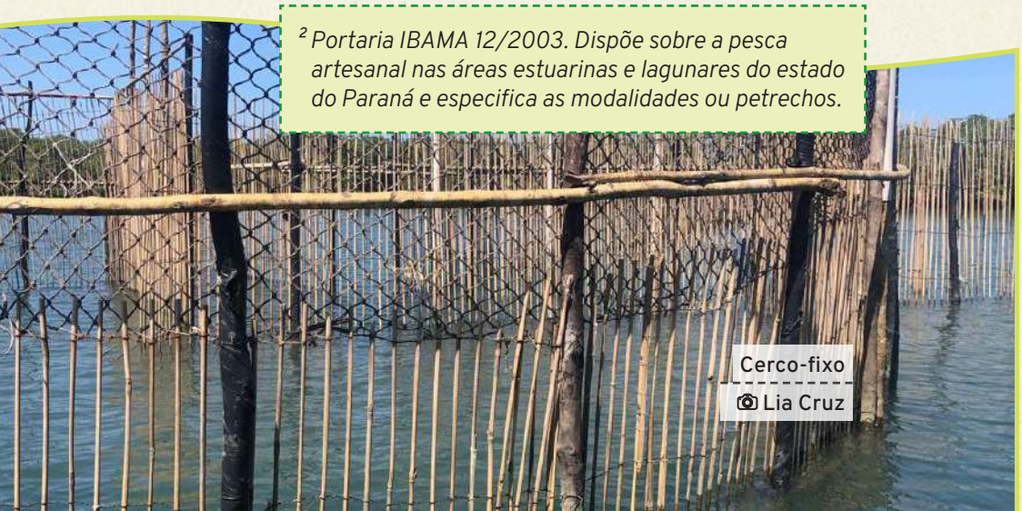
Com a elaboração da cartografia social e do protocolo de consulta, o MOPEAR cria as bases para o reconhecimento das práticas tradicionais. O movimento prioriza a prática pesqueira do cerco-fixo e trilha o caminho da construção de um acordo – o termo de compromisso.

"Hoje o ICMBio é parceiro no nosso território. A gente teve que dizer como a gente queria. Existe a lei do SNUC[1], existe a lei que a gente tem que seguir, porque lá criaram o Parque Nacional. Mas antes de ser Parque Nacional era nosso território. Então é o território que está sobrepondo ao Parque ou é o Parque que sobrepôs ao território? Vai ter que arrumar um jeito de nós viver dentro desse território e aí passou a ter esse diálogo, o tal de Termo de Compromisso. Hoje temos o Termo de Compromisso do Cerco-Fixo. E vamos fazer vários outros, inseridos nessa aliança, nós e o ICMBio.

O cerco-fixo é uma prática tradicional, todas as comunidades faziam na época do inverno e do verão. A Portaria do IBAMA[2] não era pra essa modalidade, era pro cerco lá fora, em alto mar. Mas eles aderiram à portaria pra esse cerco e, a partir de 2003, praticamente tiraram tudo. Depois foi proibido tirar as madeiras porque era Parque Nacional, era proibido tirar tudo. Mas em 2014, na comunidade do Didi, a gente pensou: ***vamos fazer voltar o cerco-fixo, vamos lutar por isso.*** *A gente teve vários conflitos com isso."*

[1] *Lei Federal 9.985/2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.*

[2] *Portaria IBAMA 12/2003. Dispõe sobre a pesca artesanal nas áreas estuarinas e lagunares do estado do Paraná e especifica as modalidades ou petrechos.*



Cerco-fixo
Lia Cruz



"Em 2015, colocamos dois cercos na água, pra confronto. Esperamos que a polícia viesse, eles ameaçaram, vieram pra cortar e a gente se colocou no barranco lá na comunidade de Superagui, pra mais de 60 lideranças, e ficamos aguardando e eles não foram. Mas a gente se preparou, ***não ficou de braços cruzados esperando que eles viessem****. A gente foi junto à Defensoria Pública e ao Ministério Público e denunciou que a gente estava sendo ameaçado. Mas a gente não tava contente só de fazer assim, a gente queria fazer uma coisa legal.*

A partir de 2016, a gente começou a trabalhar num acordo do cerco-fixo. Levamos 2 anos e 8 meses trabalhando um acordo dentro da comunidade. Porque tem que chegar a um entendimento e a gente queria fazer um acordo que as próprias autoridades iam olhar e dizer assim: 'Poxa, aí dá, né?' Então a gente começou a pensar quantas pessoas, quantas famílias poderia colocar um cerco. E a gente conseguiu fazer a minuta.

Depois a gente chamou o ICMBio, chamou Polícia Ambiental, tudo para dentro de uma Câmara Técnica da Pesca, mas que não funcionava dentro do Conselho. A gente criou a Câmara Técnica de Povos e Comunidades Tradicionais, e essa passou a funcionar para nós. A gente trabalhava todo esse acordo, todos esses papéis e ***a gente já levava quase pronto para dentro do Conselho.*** *Até que, a partir da minuta, saiu o Termo de Compromisso do Cerco-Fixo.*

Em 2019, a gente colocou na água oito cercos, mas era experimento, uma pesquisa. Dentro do Termo de Compromisso tem dois cercos coletivos que os próprios cerqueiros têm que ajudar a fazer e colocar na água, dois cercos para o Movimento. Nunca teve recurso, a gente tentou de tudo, mas o único jeito que a gente conseguiu o recurso para a luta foi através do cerco."

Cláudio Nunes
MOPEAR/PR

"Bom, saiu o Termo de Compromisso do Cerco-Fixo [no final de 2021]. Vai colocar o cerco quem é cerqueiro, quem assinou o Termo, não tá liberado pra todo mundo. A intenção nossa com o acordo é o ***ordenamento pesqueiro, a partir da base****. Esse tá funcionando bem mesmo, do jeito que a gente quer, feito um reloginho. O pescador passa a respeitar esse acordo. A gente tá pensando em fazer o Termo de Compromisso do caranguejo, da manjuba e, quem sabe, no mar aberto. Então, a partir de toda essa autodemarcação do território, desses acordos e dos estudos que tem da regulação fundiária, a ideia das lideranças é fazer um ordenamento pesqueiro que venha de baixo pra cima, das comunidades pra chegar até o escritório, pra se formalizar a lei, mas que se construa na base."*

Cláudio Nunes



"A gente começa tirando a madeira no dia 15 de março até dia 30 de abril. Dia 1º de maio o cerco tem que estar na água. E desativado, para não entrar mais peixe, dia 30 de agosto. Do tipo que está aí é só a foto dele. Lá na água tem que ficar igualzinho está aí, aquele finzinho lá vai na perna do mangue, da costa, para poder o peixe entrar. É feito de taquara ou de bambu. Aqui é o mangue, aqui é a ***espia*** *do cerco. Ele vai bater e entrar pelos lados, não consegue sair pela* ***porta****. [Tem que] tirar o peixe por semana.*

Quando tem peixe dentro do cerco é cortado o arco no mato, já é cortado antes pra deixar seco, daí prega tudo isso aqui. A taquara, que a gente vai descer com o arame, vai passar por dentro das madeiras para ir amarrando lá no fundo e em cima também. Aí vem trazendo a rede aberta para o fundo, vem, fecha, puxa a corda da rede, aí o peixe fica dentro do saco e é puxado para cima. O tamanho do cerco tem que ser 15 braças, 5 mm a malha. Não pode rede, é só natural, só com essa madeira grossa, fincado, e pode ser o bambu ou a taquara. [A altura] conforme a maré, quando enche muito a turma cobre com pano de rede por cima."

Carmelina Custódio "Carmem"
MOPEAR/PR



Maquete do cerco-fixo
Adnã Chagas das Dores "Didi"

Termo de Compromisso entre ICMBio e comunidades da Baía dos Pinheiros para a pesca do cerco-fixo no Parque Nacional do Superagui + Termo aditivo.

Fitas de bambu para cerco-fixo
Michel Barbosa

Plano específico de uso do iriko na Enseada da Baleia (Cananéia/SP)

Além de forçar a realocação da comunidade Enseada da Baleia, a abertura da nova barra também impactou a sua atividade pesqueira, gerando a necessidade de firmar acordos. Eliel e Jorge trazem o contexto normativo e geográfico da iniciativa.



"Em 2002, uma portaria do IBAMA[1] instituiu a forma de fazer os acordos de pesca, e um grupo de pesquisadores e representantes das colônias de pescadores aqui da região fizeram um projeto financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. Uma das estratégias recaía sobre a atualização de normas de pesca[2] por meio desses acordos, e a pesca do iriko foi uma das que foi ordenada dessa forma, depois de décadas de invisibilidade. Tinha uma particularidade: foi a única que tinha um cadastramento e um licenciamento específico para pescadores de um determinado território.

A forma de fazer essas normas mudou. Hoje, no território das unidades de conservação, a abordagem no ICMBio[3] é que essas pescarias sejam regulamentadas de forma que possam ser atualizadas e incorporadas ao plano de manejo por meio de um plano específico de uso da pesca."

Eliel Pereira de Souza
NGI do ICMBio Iguape/SP

[1] *Instrução Normativa IBAMA 29/2002. Estabelece critérios para a regulamentação de acordos de pesca.*

[2] *A pesca do iriko foi regulamentada pela Instrução Normativa MMA 15/2005. Posteriormente, a normativa passou por um processo de revisão participativa, com a elaboração de uma proposta de Plano de Uso Específico do Iriko/Manjuba, construída por comunidades tradicionais da Ilha do Cardoso e entorno, em articulação com o ICMBio.*

[3] *Os planos temáticos específicos são objeto da Instrução Normativa ICMBio 22/2026, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração, implementação, monitoria e revisão de Planos de Manejo de Unidades de Conservação federais.*

Conheça essa experiência de revisão participativa!



"É uma normativa que regula a pescaria do iriko. Tinha pescadores, canoas e redes cadastradas. E a licença demarcava uma área pesqueira: a desembocadura do rio pro mar, até uma placa que está a uns 300 ou 400m daqui. Só que a nova barra abriu bem no meio desse trecho [em 2018] e a gente teve que realocar. Toda a vida marinha que tinha ali também realocou, a água ficou muito salgada, a barra é muito dinâmica, levanta muita areia. Então a manjuba migrou, subiu o rio.

A gente está num parque [estadual]: aqui dentro dessa ilha, é o estado que faz a gestão. Mas a partir do momento que a gente pisa na água aqui, é com outro órgão que a gente tem que conversar. Esse rio aqui é APA CIP, então é o ICMBio que faz a gestão. A gente entrou com um pedido de um plano de uso específico para a pescaria do iriko. Já estamos em negociação e espero que essa área seja demarcada, ampliada."

Jorge Cardoso
Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP



Pesca do iriko, Ilha do Cardoso, Cananéia/SP
Acervo da Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso

Os aprendizados derivados dos processos de mediação e registro durante a construção do acordo são compartilhados por Tatiana e Jorge.



"A questão do iriko, da manjuba, foi um dos primeiros temas para a Articulação trabalhar: transformar um conflito, um impacto, um problema em ações. Ele veio bem forte naquele Encontro Sul-Sudeste de pesca que teve aqui na Enseada [em 2019]. Eram conflitos que a gente tinha que enfrentar e fazer um acordo comunitário. Acordos, onde ***uma pessoa vai ter que olhar para o outro e ceder, se colocar no lugar do outro****.*

A nossa ideia é: a gente precisa facilitar a vida do governo, que tem muitas demandas. O governo não precisa mediar os nossos acordos, isso é um problema nosso. O problema deles é regular a nossa atividade tradicional. Foram pelo menos 3 reuniões de acordo de pesca. A gente reviu a legislação e olhou o que precisava ser mudado. Por exemplo, lá dentro tinha uma determinação do tamanho da rede. 'Vocês acham que isso faz sentido hoje? Qual é a rede que vocês usam hoje?' E aí, olhou a área que os pescadores querem. 'Os rios todo mundo sabe?' 'Os rios a gente sabe, a gente não pesca na entrada do rio'. Os rios são os berçários."

"Uma das coisas que modificou, foi que por conta do iriko ter migrado, o pescador teve que se deslocar a uma distância maior. Então a pesca de canoa a remo agora a gente modificou para colocar uma embarcação que puxasse essa canoa."

Jorge Cardoso

"A gente foi fazendo esse acordo um a um, registrando, porque a gente sabia que não bastava só o documento pronto. ***A gente precisava mostrar que ele foi participativo****, que teve envolvimento das comunidades. Todas as reuniões da articulação são fotografadas, gravadas, registradas com ata, com lista de presença. A Articulação fica responsável de montar a organização da informação, a gente validou no coletivo. E chamamos o ICMBio para a gente apresentar, para eles entenderem as nossas atividades.*

Já estava tudo prontinho, já tinha cada um a sua responsabilidade dentro do processo. A gente sempre viu a pesca do iriko, mas a gente transformar aquele dizer, aquela prática do pescador em documento, a ***cada vez que a gente mexe com isso, a gente aprende mais****."*

Tatiana Cardoso

Assista à demonstração da pesca do iriko



Pesca do iriko, Ilha do Cardoso, Cananéia/SP

Thyago Bezerra Melo

3.2 "Que as mulheres tivessem autonomia" – Beneficiamento do pescado e certificação

Produção de peixe seco na Enseada da Baleia (Cananéia/SP)

Tatiana e Joyce compartilham sobre a importância da atividade na história e na geração de renda da comunidade.

"A secagem do peixe marca o início da história da comunidade Enseada da Baleia, em 1845. A secagem foi feita até 2010, [quando houve] o falecimento do meu avô Malaquias."



Demonstração da produção de parati seco, Enseada da Baleia, Cananéia/SP
Kênia Maria de Oliveira Valadares



Arte de Tatiana Cardoso
Erika Ikemoto

"A gente busca, então, uma forma de conseguir resistir no território. Começou com a luta das mulheres. Nós sentamos dez mulheres embaixo de uma árvore, motivada pela minha avó. Ela falava: 'Se não fizer nada, eu vou embora daqui'. A gente perdeu muitos jovens, as mães lá sofrendo porque o filho tinha ido embora. Com muito medo que a comunidade acabasse, a gente começou a conversar, pensar em ações. ***A nossa ideia era trazer os nossos filhos de volta, mas trazer eles de volta estava ligado à renda. E que as mulheres tivessem autonomia.*** *Porque quando o dinheiro é pouco, quando ele tem um direcionamento mais importante, que é a comida, o que é importante para a gente acaba sempre ficando para trás.*

A nossa gestão é econômica solidária, a gente tem todos os conhecimentos dos nossos antepassados, mas com uma gestão diferente. E essa gestão é: ***eu olho para todas as pessoas e entendo que todas elas são importantes no meu coletivo.*** *Então a gente divide a renda para que todas nós tenhamos as mesmas condições dentro da comunidade.*

Em 2015, a gente conseguiu voltar com a secagem de peixe."

Tatiana Cardoso
Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP



Parati seco da Enseada da Baleia, Cananéia/SP
Leonardo Brasileiro

As mulheres da comunidade vêm conduzindo um processo de mudanças, no seu próprio tempo, em busca da certificação da produção.

"Na época do meu vô, ele conseguia até exportar, ia pro Japão o nosso peixe seco, nossa ova seca. E aí se passam muitos anos. Ele tinha uma lista, alguns lembravam alguns nomes, e assim a gente foi procurando. Mas estava muito difícil porque não trazia o reconhecimento pelo nosso trabalho, o valor justo.

Em 2020, vem a pandemia e a gente fechou a Enseada para o turismo. Nossa única atividade de renda era a pesca. Aí a gente consegue ajuda de um projeto para reunir o nosso saber da manipulação do pescado, comprar esse produto, pagar o valor justo, e entregar para comunidades quilombolas, indígenas e da periferia de São Paulo. Durante 2 anos, a gente trabalhou com 11 toneladas de peixe seco doados. Com esse cuidado para quem vai o alimento, quem é o consumidor, olhar e ter orgulho das pessoas recebendo. Até a pandemia, nosso peixe era vendido a granel, era um embalado em cima do outro. Ninguém sabia quem produzia aquele peixe. Na pandemia, a gente colocava o rótulo: 'Artesanal feito pelas mulheres da Enseada da Baleia'. A gente conseguiu a valorização do pescado, ***ficou muito nítido que o nosso produto, artesanal, tem tanta qualidade quanto um produto feito em grandes empresas****.*

Em um projeto com uma universidade, fizemos um processo de analisar a produção de peixe seco que a comunidade já fazia. Mostrando que mesmo artesanalmente, feito por comunidades tradicionais, estava dentro do que se entende que é um produto de qualidade. Com essa pesquisa, a gente poderia requerer um processo de certificação, mas teria que mudar a estrutura. A gente faz análise da água, do peixe fresco, das nossas mãos que manipulam esse pescado, da mesa que a gente utiliza, das facas e depois do produto final. Vem os resultados da pesquisa e a gente tem que estar preparado para olhar se veio alguma mudança, se a gente pode mudar, como mudar, sem custo ou com custo, e como conseguir esses custos.

A gente vai fazendo o plano de ações: a curto e a longo prazo, o que a gente consegue fazer enquanto comunidade e o que são estruturas que não são cabíveis ao nosso modo de vida."

Joyce Cardoso
Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP



"O turismo é importante para geração de renda, mas ele não pode tampar as nossas tradições, porque senão a gente fica completamente dependente do mundo externo, das pessoas de fora."

Tatiana Cardoso

"O que nos garantiu permanecer nesse território, cuidados, isolados, tendo a comida todo mês na mesa [durante a pandemia], foi o peixe seco."

Joyce Cardoso



"É muito bacana perceber o quanto que vocês lutaram para permanecer no território e a forma como vocês se articularam para resistir. Isso é inspiração para todos nós. A questão do beneficiamento é uma demanda muito grande de todos nós, pescadores artesanais. Pode percorrer todas as comunidades pesqueiras tradicionais, todas beneficiam o seu produto. Lá no nosso município Mostardas [RS], nós temos uma família de pescadores que tem uma agroindústria familiar, mas não é barato, é partindo de 180 mil. Então se torna inviável para muitas famílias de pescadores."

Jucemara Souza
Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS

Posfácio

SABERES, CAMINHOS E PERSPECTIVAS

O intercâmbio mostrou a força do encontro como espaço de aprendizagem e fortalecimento coletivo. Celina e Ataíde contam sobre suas memórias:



"O intercâmbio promoveu uma coisa importante, essa integração e essa diversidade de pesca dos povos tradicionais perto de unidade de conservação ou dentro da unidade."

Ataíde Silva
Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche/SC



"As lembranças que a gente traz jamais vão ser apagadas da nossa memória. A gente tem as fotos e tudo, mas as lembranças também vívidas, o dia que passamos juntos, isso é muito rico."

Celina Silva
Articulação Nacional das Pescadoras – ANP

Para Didi e Sandro, essa aproximação de diferentes experiências teve efeitos que ultrapassaram os próprios dias do intercâmbio:



"Foi um trabalho que uniu os povos, juntou as pessoas que não se conheciam. Esse intercâmbio é uma coisa sensacional que fortalece os grupos, fortalece a liderança, fortalece o coletivo, fortalece o território. Foi muita diferença."

Adnã Chagas das Dores "Didi"
MOPEAR/PR



"A gente pôde ir nos territórios fortalecer nossos companheiros. A gente sozinho não fortalece nossa comunidade. O mais difícil é santo de casa fazer milagre. Foi muito importante ter essa integração e nós poder estar expondo as nossas dores."

Sandro Garcias
Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis/SC

Fortalecer o coletivo também significa reconhecer o protagonismo das comunidades. Como afirmam Cidinha e Joyce:



"Esses projetos nos fortaleceram muito, e cada vez mais a gente quer se pertencer disso, sendo os autores, não sendo coadjuvante, sendo realmente o autor e ator, junto a vocês, dessas cenas e dessas vivências."

Maria Aparecida Ferreira "Cidinha"
CONFREM



"A gente foi percorrendo vários territórios e várias falas estavam muito na liderança masculina. A gente finalizar na Enseada onde toda a organização e todas as falas foi feito por nós mulheres do nosso território foi muito importante. Hoje a gente está podendo assumir um papel de representante. É um processo de reparação histórica.
Chega da gente ser público-alvo de qualquer projeto. Vamos, nós, assumir esse papel de proponentes e executores da nossa própria história."

Joyce Cardoso
Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso/SP

Essa perspectiva perpassa todo o livro: as comunidades são **sujeitos de direitos, produtoras de conhecimentos e construtoras das políticas que incidem sobre seus territórios**.

Na fala de Jucemara e Riti, o diálogo aparece como uma conquista e um caminho a ser permanentemente fortalecido:



"A gente conseguiu um avanço muito bom, que é do diálogo, da parceria, de gestores que dialogam bem. Eu acho que nunca mais a gente pode aceitar que seja como antes, porque o antes não era bom. Seria um retrocesso se voltar. A gente não deve estar em lados opostos. O nosso objetivo é o mesmo, a gente vive da natureza, a gente depende do nosso território saudável, a gente defende a conservação, então não tem por que a gente ser atacado, ***a gente tem que ser protegido junto com todo aquele ambiente****."*

Jucemara Souza
Colônia de Pescadores Z-11 – Tavares/RS



"O intercâmbio foi, para mim, uma oportunidade de aprender com quem vive e constrói diariamente seus territórios. Ouvir as histórias, conhecer as lutas, os saberes e as formas de organização das comunidades mostraram a força que existe quando diferentes pessoas se encontram, compartilham experiências e reconhecem desafios comuns. Saí desse encontro ainda mais convencido de que a conservação da biodiversidade se fortalece quando é construída com diálogo, respeito e participação, reconhecendo os povos e comunidades tradicionais como protagonistas na proteção de seus territórios."

Riti Soares
PARNA da Lagoa do Peixe/RS, ICMBio

Este livro busca fazer circular esses conhecimentos e memórias. Busca aproximar comunidades, compartilhar estratégias e dar visibilidade a experiências que muitas vezes permanecem restritas aos próprios territórios.

Nas palavras de Ana Carolina (pesquisadora colaboradora do REVIS da Ilha dos Lobos), transparece o desejo de visibilizar as vivências do intercâmbio:



"Que a gente consiga levar esse caderno para além dos grupos, para além das comunidades, para além do ICMBio, porque a gente sabe o que acontece por aqui; mas precisamos levar para outras comunidades, para além-mar, para pessoas que não têm nem ideia do que essas comunidades tradicionais de pescadores passam."

Ana Carolina
REVIS da Ilha dos Lobos/RS, ICMBio

Que este livro cumpra, então, esse papel: fazer essas vozes circularem.

Que elas encontrem outras comunidades, outros territórios e outras pessoas dispostas a ouvir, aprender e construir junto.

Porque, como mostram as experiências reunidas aqui, quando os conhecimentos se encontram, as memórias circulam e as comunidades se reconhecem umas nas outras, as lutas se fortalecem e novos caminhos podem ser construídos.

Acompanhe a CONFREM e o CNPT nas redes sociais



Pescadores de Torres/RS em pesca de tarrafa na Lagoa do Sombrio, Passo de Torres/SC

Nilson Barros

REALIZAÇÃO

INTEGRA PESCA ARTESANAL SUL
COMUNIDADES COSTEIRAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

COORDENAÇÃO

CONFREM BRASIL

CNPT ICMBio-MMA

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

ORGANIZAÇÃO

F.P.B.F

IGMI

MARÉ DE GENTE OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL

NOPEAR

COLABORAÇÃO

(ACFSM)

Associação de Pescadores de Garopaba do Sul

ASSOCIAÇÃO JOVENS DA JUREIA

Articulação Nacional das Pescadoras

CCI

Colônia de Pescadores Z-5 Pontal do Paraná (PR)

Colônia de Pescadores Z-7 Torres (RS)

Colônia de Pescadores Z-11 Tavares (RS)

CPP Conselho Pastoral dos Pescadores

ESPAÇO MANENA CULTURA CAIÇARA

Romulmana

TERRITÓRIO NATIVO

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL Anhatomirim ICMBio-MMA

BALEIA FRANCA ICMBio-MMA

APA Ganancia-Iguape-Peruibe/SP

ESTAÇÃO ECOLÓGICA CARIJÓS ICMBio-MMA

PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE

PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI ICMBio-MMA

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS ICMBio-MMA

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ ICMBio-MMA

REALIZAÇÃO

INTEGRA PESCA ARTESANAL SUL
COMUNIDADES COSTEIRAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

APOIO

PROJETO GEF MAR

GRUPO BANCO MUNDIAL
gef
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

GOVERNOS ESTADUAIS DA COSTA DO BRASIL
IBAMA MMA
ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Projeto GEF MAR 2

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
gef
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

GOVERNOS ESTADUAIS DA COSTA DO BRASIL
ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CULTURAS PESQUEIRAS ARTESANAIS DO BRASIL
Fadesp
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Acesse a versão digital deste material e compartilhe!